

No Planalto, a condenação do plebiscito

"A idéia de se realizar um plebiscito para saber se o povo aceita a Constituição que está sendo elaborada pela Assembléia é



totalmente inviável neste momento e o próprio presidente Sarney reconhece isto", afirmou ontem o deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), após audiência com o Presidente no Palácio do Planalto. A proposta do plebiscito defendia pelos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), só poderá ser aceita nas disposições transitórias ou depois de votada a Constituição, na opinião do deputado Jorge Leite.

Na sua audiência com o Presidente, o deputado Jorge Leite falou ainda sobre a formação do bloco suprapartidário para dar sustentação à Constituinte "e não ao presidente Sarney", segundo definiu ele próprio. Ele disse que no Rio de Janeiro, dos 46 deputados, 30 já estão comprometidos com esse bloco, que tem como principal preocupação a aprovação de uma Constituição moderna "e sem radicalismo". Na próxima segunda-feira, Jorge Leite realizará a segunda reunião com a bancada do Rio de Janeiro, para tratar da criação do bloco.

Fórmula visa eliminação de toda polêmica

A proposta de se remeter para a legislação ordinária alguns dos pontos polêmicos do projeto de Constituição começa a ganhar adeptos entre os constituintes. Dessa forma, questões como direitos trabalhistas, reforma agrária e tributação teriam seus princípios gerais estabelecidos pela Constituição e sua regulamentação feita pelo Congresso Nacional.

O grupo do relator Bernardo Cabral, com 32 constituintes e assessoria da OAB, tem trabalhado nesse sentido. Ao reduzir o número de artigos do atual projeto, o que se pretende não é só tornar o texto constitucional mais sucinto, mas principalmente evitar que cheguem a plenário questões que possam criar barreiras para a aprovação do novo Texto. O grupo está fazendo uma triagem dos pontos que podem ficar de fora do projeto e serem regulamentados por lei ordinária.

Os direitos trabalhistas, por exemplo, seriam assegurados, inclusive a estabilidade, pela Constituição. Mas a fixação da jornada de trabalho e do limite mínimo de dias para a estabilidade no emprego só seriam definidas após a aprovação do texto constitucional, por projeto de lei.

Este também é um caminho para a reforma agrária e que foi defendido pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Ele acha que a Constituição tem apenas de garantir a reforma agrária e a agilidade das emissões de posse, deixando a fixação dos módulos de propriedade para o Congresso Nacional, após promulgação da nova Carta.

O líder do PMDB na Constituinte apóia a idéia de uma Carta sintética, que não chegue à minúcia daquilo que pode ser resolvido pelo Congresso, mas só crê na negociação interpartidária para apagar as divergências. Covas entende que a legislação ordinária em muitos casos, facilitará.

Jorge Amado quer ajudar na campanha

Salvador — A campanha contra a divisão do território baiano para a criação do estado de Santa Cruz ganhou um de seus mais fortes aliados. De Paris, onde se encontra há vários meses concluindo o seu próximo romance ("Boris, o Vermelho"), o escritor Jorge Amado telefonou para o coordenador da campanha "A Bahia não se divide", Wilson Pelegrini, para protestar contra o projeto separatista que transita na Assembléia Nacional Constituinte e, ao mesmo tempo, manifestar a vontade de também contribuir para que a divisão não se concretize.

"Nasci baiano e quero morrer baiano", comunicou o autor de "Gabriela, Cravo e Canela", avisado há duas semanas na França através de carta de um dos seus maiores amigos, o artista plástico Carybé, de que está ameaçado de perder a cidadania baiana no próximo ano, caso a Constituinte aprove o projeto do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA). Jorge Amado é natural de Ferradas, um distrito de Itabuna, cidade apontada pelos separatistas como provável capital do Estado de Santa Cruz, caso seja criada a nova unidade da federação.

Mesmo estando distante do País, Jorge Amado comunicou o seu desejo de contribuir na mobilização popular contra o projeto separatista. O escritor prometeu gravar um depoimento para ser usado pelos jornais e através de emissoras de rádio e televisão.

31 JUL 1987

JORNAL DE BRASILIA JORNAL DE BRASILIA